



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CHEGA, apresenta a seguinte proposta de aditamento:

Título I

Disposições gerais

Capítulo IX

Outras Disposições

Artigo 143.º - A

Contratação de Médicos Veterinários Municipais

Durante o ano de 2023, o Governo abre concurso para contratação de médicos veterinários municipais em conjunto com os municípios que demonstrarem interesse na integração desses profissionais nos seus quadros.

Nota Justificativa:

No Orçamento do Estado para 2021 foi aprovada a obrigação do Governo verificar o número de médicos-veterinários em falta com vista, obviamente, à sua contratação.

Acontece que tal não aconteceu. Na verdade, há anos que o Governo não permite a contratação de médicos-veterinários municipais.





Estes profissionais são considerados autoridade sanitária concelhia e, por essa razão, o seu vencimento é parcialmente suportado pelo município e pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Sabemos que as funções do médico-veterinário municipal (MVM) são essenciais para a saúde pública, mas também para o bem-estar animal e, em especial para o seu controle populacional.

Assim, não basta aprovar legislação, é fundamental que existam meios para a sua concretização. Apesar disso e da circunstância de legalmente cada município dever ter um MVM, a verdade é que pouco mais de metade dos municípios portugueses o têm, muito também por culpa do Governo central que há mais de uma década não abre novos concursos.

Palácio de São Bento, 7 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

